

Pensamento e Subjetividade em Wittgenstein

Wagner Teles de Oliveira

Universidade Estadual de Feira de Santana

I.

É bem conhecida a afirmação de que Wittgenstein não é o autor de uma mas de duas filosofias. De um lado, aquela que tem lugar no *Tractatus*; de outro, aquela cuja forma mais bem acabada ganhou expressão nas *Investigações Filosóficas*. Tal afirmação é o ponto de partida de leituras que pretendem compreender a obra a partir do jogo de oposição entre uma e outra. A compreensão da obra que acompanha essa maneira de lê-la parece ser indiscutível por coincidir com uma espécie de recomendação, feita pelo próprio Wittgenstein no prefácio às *Investigações*. Seus novos pensamentos, segundo essa recomendação, seriam compreendidos apenas se vistos a contrapelo dos seus velhos pensamentos (WITTGENSTEIN, 1999, p. 04). Mas é por isso mesmo que o risco que essa modalidade de leitura corre não é mais do que pretender que o *Tractatus* seja compreendido como o lugar em que todas as questões a serem formuladas pela filosofia futura de Wittgenstein já estavam postas (Cf. SALLES, 2002, p. 34-35). Além disso, a parte da obra da qual as *Investigações* são a mais ilustre representante é constituída por anotações que consistem em registros de reflexões filosóficas em andamento (Cf. WITTGENSTEIN, 2009, p. 2). O epíteto de *work in progress*, que parece tão natural à obra, pode muito bem dar

margem à compreensão enganadora de que se trata dum conjunto de anotações extraídas à força das circunstâncias. Por outro lado, é também em virtude de pretender-se registro da reflexão filosófica em seus movimentos naturais que a obra de Wittgenstein torna-se um território propício a leituras com o propósito de identificação da formulação originária de suas questões. Uma e outra consequência estão associadas ao fato de tratar-se, na maioria dos casos, de textos que não passaram por processo de revisão.¹

Mais do que duas filosofias, *Investigações* e *Tractatus*, como pretende Bouveresse, compreendem duas atitudes filosóficas (BOUVERESSE, 1987, p. 35). No entanto, de acordo com essa perspectiva, o que Wittgenstein pretende dizer quando afirma que a correta compreensão de suas novas ideias só pode ser alcançada por oposição à sua velha maneira de pensar? Em vez de duas filosofias possíveis, Wittgenstein estava convencido de que as *Investigações* encerram uma atitude filosófica inteiramente diferente daquela do *Tractatus* e que, por essa razão, aquela deve ser compreendida a contrapelo deste. Uma atitude filosófica é a que consiste em tratar a linguagem e a realidade sob a orientação de noções preconcebidas. Dessa maneira, tudo a que visa uma tal atitude é ver realizado o desejo de tornar a linguagem e a realidade inteligíveis pela aplicação de modelos compreendidos como satisfatórios em virtude de sua simplicidade e universalidade. A outra atitude filosófica, por oposição a esta, consiste em olhar e ver o que está diante dos olhos de todos e que, portanto, a ninguém é dado o direito de negar. Movidas por uma atitude filosófica diferente e mesmo oposta à do *Tractatus*, as *Investigações* estariam em condições de compreender as condições de sentido do discurso como articuladas paulatina e gradativamente no mesmo espaço em que se realizam as ações e o próprio uso da linguagem ao invés de compreendê-las como articuladas na forma comum suposta haver entre linguagem e realidade.

No cenário inaugurado pelas *Investigações*, as condições de sentido não podem constituir-se mais à revelia das combinações simbólicas e das ações cuja formulação elas próprias devem orientar. No que diz respeito a uma filosofia da psicologia, essa nova atitude tem como conse-

1 Não é de maneira alguma ponto pacífico o sentido da compreensão da obra de Wittgenstein como um conjunto de observações cuja direção seria natural, de modo que a obra compreenderia o registro do curso natural do pensamento. Como também não nos parece ser ponto pacífico o quanto ou se o caráter inconcluso da obra é mais do que um traço acidental e refletiria a própria concepção de filosofia que se materializa nela.

quência capital negar direito de cidadania lógica a um sujeito cuja constituição fosse prévia aos próprios atos de significação. Nesse novo contexto, Wittgenstein não mais subscreve o ponto de vista segundo o qual uma vez removido tudo o que a linguagem tem de convencional e arbitrário resta aquilo que é essencial a toda e qualquer linguagem. Muito embora não deixe de visar a essências, ou seja, as condições sem as quais o discurso não seria possível.² Ao remover tudo que há de convencional e arbitrário na linguagem, o projeto do *Tractatus* excluía do campo de determinação do sentido tudo aquilo que tivesse o caráter de accidental, o que quer dizer que excluía tanto caracteres subjetivos como elementos factuais. Tal exclusão tem a ver diretamente com a ideia de que as regras lógicas de determinação do sentido devem estabelecer-se previamente às situações de sua aplicação.

Essa maneira de conceber a linguagem é marcada por um forte espírito antipsicologista na medida em que envolve uma concepção de pensamento como divorciada de processos subjetivos. A noção de pensamento em jogo aqui tem como paradigma o cálculo, de tal sorte que pensar significa tão simplesmente fazer determinadas combinações simbólicas de acordo com regras lógicas determinadas. O exercício das regras lógicas, assim, possibilitaria a análise do pensamento a partir da análise proposicional. Por essa perspectiva, a exclusão de tudo o que seja accidental do campo de determinação do sentido feita pelo *Tractatus* está a serviço da tarefa de demarcação dos limites da linguagem. Tal tarefa envolve, no essencial, o estabelecimento de exigências lógicas sem cuja realização o mundo não poderia ser pensado em termos proposicionais. Convém notar que a demarcação do campo do sentido feita pelo *Tractatus* parece reduzi-lo à forma de enunciados declarativos. Também por essa razão, além de excluir aspectos subjetivos e factuais do campo de determinação do sentido e, portanto, do seio da análise lógica, o *Tractatus* excluía também as expressões para estados subjetivos do domínio do sentido. Afinal de contas, elas não seriam capazes de satisfazer as exigências lógicas às quais os enunciados declarativos estão submetidos.³

2 No MS 173, ao perguntar-se se investigar as leis de evidência do anímico significa investigar a sua essência, Wittgenstein responde afirmativamente. (Cf. WITTGENSTEIN, 2000, MS 173, p. 36v-37r). (As passagens dos *Manuskripte* (MS) e dos *Typoskripte* (TS) de Wittgenstein tem como referência o Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition).

3 Como os limites do sentido coincidem com os limites do dizível e o dizível é definido como figuração possível do mundo, não resta lugar no campo do sentido para enunciados que tenham a forma expressiva

A filosofia futura de Wittgenstein passará a situar expressões para estados psíquicos no âmbito do sentido, sem com isso desfazer-se do antipsicologismo que marca a exclusão dessas mesmas expressões do campo do sentido feita pelo *Tractatus*. Um dos principais efeitos disso consiste em não mais compreender o campo do sentido como reduzido ao universo dos enunciados declarativos. Em outras palavras, a reflexão filosófica de Wittgenstein posterior ao abandono do projeto do *Tractatus* inclui no domínio do sentido o conjunto de expressões que o *Tractatus* excluía. Assim, não se trata mais de deter-se na exploração da distinção entre proposições da experiência e proposições da lógica, mas das consequências da ideia de que uma tal distinção remonta a funções exercidas pela linguagem. A distinção feita pelo *Tractatus* implicaria o reconhecimento apenas das funções descritiva normativa, deixando de lado a função expressiva.

A principal condição operatória dessa reviravolta, ao que nos parece, é a noção de necessidade lógica elaborada no interior dessa nova maneira de compreender a linguagem e, por conseguinte, as relações que a constituem. Não se trata apenas de não ser mais possível a redução de todo o mistério da relação entre a linguagem e a realidade à relação de afigurabilidade entre fatos. A necessidade passa a ser compreendida como instituída não mais de maneira independente das situações de aplicação conceitual, mas agora em interação com as ações e a experiência. Uma das consequências disso é a ideia de que há uma ação recíproca entre as condições lógicas, que não consistem mais em determinantes formais do sentido, e elementos empíricos. Isto quer dizer que tanto novos modos de expressão podem ser assimilados quanto velhos modos podem muito bem ser abandonados à medida que, respectivamente, passam e deixam de corresponder aos propósitos a serem cumpridos pela linguagem (Cf. WITTGENSTEIN, 2000, MS 174, p. 21v-22r). Nesse novo contexto, o caráter lógico da significação não mais implica que os estados e atos subjetivos sejam concebidos como irrelevantes à significação. Não podem, portanto, ser compreendidos como desinteressantes à análise lógica, tampouco são eles objeto da investigação. Antes de tudo, os estados e atos anímicos tem a sua relevância atrelada à possibilidade de serem ditos

pela razão lógica de enunciados com uma tal forma não terem a virtude de fazer representação de fatos. Não parece ser outro o resultado da redução feita pelo *Tractatus* do significativo à função descritiva da linguagem. Assim, enunciados expressivos cifrados na primeira pessoa do singular tem lugar apenas se reduzidos a enunciados descritivos, os quais estão em condições de satisfazer as exigências lógicas determinantes das condições de afigurabilidade.

segundo uma gramática. A preocupação a respeito da autonomia dos aspectos lógicos em relação a elementos exteriores à gramática parece tanto traduzir uma escolha metodológica quanto parece dizer respeito ao que pode ser objeto de investigação lógica. A escolha metodológica consiste, no essencial, na concepção de que à lógica só interessa o que é observável, ao mesmo tempo que, no que se refere ao objeto de investigação, é no seio do que é observável que tem lugar a instituição do sentido. Essa maneira de compreender a instituição das condições lógicas do discurso significativo como situada no mesmo espaço em que proposições verdadeiras e falsas e ações corretas e incorretas são forjadas só pode ter o significado de um assassinato filosófico do *Tractatus* em razão, sobretudo, de sua lógica transcendental. No entanto, também nesse caso, o assassinato parece ser ao mesmo tempo “o reconhecimento de uma filiação”.

O *Tractatus* não simplesmente identificara o pensamento à proposição como o definira como sendo a proposição com sentido (WITTGENSTEIN, 2001, p. 04). Ser uma proposição com sentido significa satisfazer aquele conjunto de exigências lógicas que se refletem nas condições gerais do sentido, de modo que, desde que seja logicamente articulada, a proposição exprime um pensamento, constituindo-se por ser uma figuração da realidade, sendo assim apta à verdade ou à falsidade. É importante não perder de vista que a definição do pensamento como uma figuração lógica é prévia à sua definição como a “proposição com sentido» (Cf. WITTGENSTEIN, 2001, 3 e 4). O que quer dizer que está em jogo a identificação do núcleo essencial do pensamento à proposição declarativa, que se constitui por representar um fato do mundo de maneira falsa ou verdadeira, correta ou incorreta. O saldo disso tudo é que, a partir da identificação da estrutura que o pensamento deve partilhar com o mundo, passa a ser possível então traçar, por meio da análise lógica, os limites necessários do que pode ser dito. Com efeito, os limites do dizível devem coincidir com os limites do que há, pois “a proposição é uma figuração da realidade” (WITTGENSTEIN, 2001, 4.01).

Tudo o que pode ser figurado é abarcado pelo que o *Tractatus* está disposto a compreender como uma situação possível. Por isso mesmo, a estrutura comum à figuração e à situação que ela representa não pode ser objeto de figurações. As relações entre a figuração e o afigurado remontam a propriedades internas e em razão disso não podem depender dos fatos. A possibilidade de confronto com a realidade por meio do qual se decide o valor de verdade de uma proposição é uma virtude exclusiva da figuração lógica. Afinal, é apenas por ser uma figuração da realidade que a proposição pode ser verdadeira ou falsa (WITTGENSTEIN, 2001, 4.06). Ao

separar o âmbito das descrições do domínio das condições de possibilidade das descrições dessa maneira, o *Tractatus* distingue o caráter hipotético da figuração enquanto representação de uma situação possível das condições sem as quais uma figuração não pode passar à condição de figuração lógica dos fatos. E é exatamente dessa distinção que depende a preservação da independência do sentido proposicional relativamente aos fatos dos quais o pensamento é uma representação e de tudo o mais o que possa cair no domínio da contingência, como é bem o caso de elementos subjetivos. Como não poderia deixar de ser, o pensamento consiste numa operação segundo regras lógicas cuja validade é estabelecida de maneira transcendental, pouco importando eventuais aspectos subjetivos que possam acompanhá-la (WITTGENSTEIN, 2001, 6.13). Já que o pensamento é uma figuração lógica dos fatos, já que a condição geral de toda figuração é a estrutura que reflete a relação de coordenação entre os elementos envolvidos na relação de representação essencial à natureza da figuração e já que o pensamento não passa da representação de uma situação possível, as regras lógicas que presidem a elaboração de figurações significam pontos de determinação da margem de manobra do pensamento. O caráter transcendental dessas regras quer dizer que o pensamento consiste numa representação cuja possibilidade deve estar previamente dada no espaço lógico, reflexo da margem de manobra das combinações simbólicas logicamente possíveis.

No cenário desenhado pelo *Tractatus*, a análise do pensamento é possível apenas porque a forma da proposição declarativa é concebida como a matriz da qual todas as modalidades possíveis de pensamento não seriam mais do que modulações. Aliada a essa redução, encontra-se a postulação da função essencial do pensamento como sendo a representação.⁴ No entanto, essa redução é subsidiária daquilo que o *Tractatus* compreende como sendo próprio da lógica, de sorte que a redução do pensamento a uma forma única e comum às representações lógicas não quer dizer a simplificação das diferentes modalidades de representação a ponto de apagar a diferença entre elas. O *Tractatus* reconhece a existência de diversas formas de figuração, mas se interessa apenas por analisar o que há em comum a todas (WITTGENSTEIN, 2001, 4.014). Afinal

4 Cf. SANTOS, 2001, p. 74-75: "(...) a representação mental silenciosa de um fato possível – um pensamento, no sentido mais ordinário da palavra – merece, tanto quanto sua exteriorização escrita ou sonora, ser qualificada como proposição. Não há mal nenhum em definir incondicionalmente: uma proposição é a projeção de um fato possível num outro fato, físico ou não; a proposição é a expressão exterior ou não, de um pensamento; e um pensamento é sempre uma proposição com sentido."

de contas, que a lógica cuide unicamente do núcleo essencial da significação, excluindo do seu campo de análise tudo o que é acidental, quer dizer, sobretudo, que o alvo da análise lógica é o esclarecimento da forma geral das figurações, ou seja, a lógica que torna possível a construção de figurações. Nesse caso, o que vale para a análise vale também para o campo de determinação do sentido. A separação entre propriedades internas e aspectos exteriores, aplicada à concepção de análise lógica, tem como consequência a ideia de que à lógica não deve interessar o fato de um pensamento qualquer ser verdadeiro ou falso, mas exclusivamente as possibilidades de verdade e falsidade de todo e qualquer pensamento possível. Aplicada ao campo do sentido, essa separação tem como efeito a ideia de que a margem de manobra das operações simbólicas possíveis é completamente determinada pelas regras cujo estabelecimento e operação são inteiramente independentes de condicionantes empíricos. A análise lógica pode então ocupar-se do pensamento sem o risco de confundi-lo com os processos subjetivos do pensar, atendo-se portanto ao seu núcleo essencial, o qual deve coincidir com a essência da proposição. Por tudo isso, o gesto conceitual subjacente a essa maneira de compreender o pensamento consiste em separar o que é contingente do que é necessário. E toda a reflexão futura de Wittgenstein, como é o caso daquela sobre os conceitos psicológicos, parece transitar em torno da tensão característica da manutenção da autonomia do necessário em um terreno em que não é mais possível divorciá-lo completamente do âmbito da contingência.

II

A noção de pensamento elaborada pelo *Tractatus* visa a responder uma das suas principais perguntas, a saber: como é possível o pensamento fazer-se representação do mundo. A exclusão dos aspectos subjetivos do campo da análise lógica por si só já significa que a noção de representação em jogo aqui, como bem recorda Arley Moreno (2005, p. 44), é de natureza exclusivamente lógica. A concepção do pensamento como figuração lógica dos fatos, nesse sentido, permite a sua exploração linguística, o que quer dizer que se trata de efetuar uma análise do pensamento a partir de sua manifestação sensível – a linguagem –, mesmo porque não haveria outra forma de analisá-lo. Nesse ponto, a exploração do pensamento feita por Wittgenstein partilha com a obra de Frege tanto a concepção de análise lógica como a noção de pensamento. Afinal, para Frege, a análise do pensamento pode ser realizada apenas pela linguagem, e o

caráter lógico de tal análise tem a ver diretamente com a distinção entre o que o pensamento tem de essencial e os processos psíquicos e as leis psicológicas com as quais o pensamento estabelece uma relação apenas exterior, sendo-lhe inteiramente acidentais. A lógica visa ao que o pensamento tem de essencial, e nada que se lhe relacione extrinsecamente pode ser essencial ao pensamento. Em sendo assim, tanto os processos subjetivos do pensar como as leis psicológicas às quais o pensamento eventualmente encontra-se ajustado são excluídos por Frege (1997, p. 58) do campo da investigação lógica do pensamento. Essa marca antipsicologista da obra fregeana realiza a exigência sem cuja satisfação o pensamento não poderia estabelecer-se como objeto da investigação lógica: que o pensamento distinga-se dos processos subjetivos do pensar. Desse modo, por pensamento passa-se a entender não o ato subjetivo de pensar, “mas seu conteúdo objetivo, que pode ser propriedade de muitos” (FREGE, 1978, p. 67). Na medida em que é compreendido como conteúdo objetivo, o pensamento pode passar a ter como característica definidora a pergunta pela verdade, o que torna possível a sua redução à forma proposicional (FREGE, 1997, p. 60).

É mais ou menos essa a perspectiva desenvolvida sistematicamente pelo *Tractatus*. Talvez em razão de compreender a linguagem como a roupagem que confere materialidade ao pensamento, o *Tractatus* exclui do domínio da lógica considerações a respeito dos processos do pensar. À sua crítica da linguagem tudo o que interessa, no essencial, é que os nomes tenham significado e proposições um sentido. Assim, como em muitos outros projetos filosóficos, o estudo da linguagem por sinais do *Tractatus* corresponderia, em certa medida, ao estudo do pensamento com a vantagem de diferenciar-se deles todos por excluir de seu campo de interesse qualquer investigação psicológica (WITTGENSTEIN, 2001, 4.112). Considerado tão essencial à lógica pelos filósofos, o estudo dos processos do pensar seria responsável pelas confusões em que suas investigações emaranharam-se. É claro que Wittgenstein não incluiria Frege no gênero desses filósofos, afinal de contas o espírito antipsicologista que anima a exclusão feita pelo *Tractatus* da investigação psicológica do domínio da lógica encontraria na obra de Frege um belo exemplo da exploração da correspondência entre sinais e processos do pensar que não resultaria em confusões. Sob a reiteração de que nem tudo é ideia, Frege exclui da pauta de tarefas da lógica a investigação das mentes e dos conteúdos de consciência cujo homem individual é o portador, restando, nesse sentido, à lógica, a tarefa de investigar o espírito por oposição a uma investigação dos espíritos (FREGE, 1997, p. 74).

O *Tractatus* não deixa de ser uma resposta às dificuldades em que essa perspectiva encontra-se enredada e nas quais parece tropeçar, não obstante, como tudo leva a crer, conserve o que ela tem de mais fundamental: a prioridade da linguagem sobre o pensamento no que respeita à análise lógica. Isto reflete a impossibilidade de compreender o sentido de uma proposição por apelo à associação entre os seus componentes e estados subjetivos correlatos. Assim, a vantagem da prioridade da linguagem sobre o pensamento é mostrar ser impossível que a determinação lógica do sentido, como tudo o mais que tenha o caráter duma determinação lógica, não pode ser fundada em conteúdos de consciência. Essa recusa permite fazer o pensamento independe de qualquer gesto intencional, o que tem a ver com a progressiva negação do sujeito empreendida pelo *Tractatus*, cujo principal resultado consiste em fazer pensamento e proposição coincidirem. Ou seja, que a linguagem limite a atividade do sujeito, de sorte que conteúdos anímicos não possam interferir na determinação dos limites do espaço lógico (CF. WITTGENSTEIN, 2001, 4). Por outro lado, a prioridade da linguagem sobre o pensamento parece dar margem para compreender a linguagem como mera exteriorização do pensamento, que seria constituído num universo aquém da linguagem e cujo ocultamento seria desmanchado por ela. Também isso Wittgenstein deve recusar, reputando à prioridade lógica da linguagem sobre o pensamento como relativa à identidade entre os limites do que pode ser pensado e os limites do que pode ser dito. E, nesse caso, parece estar em jogo pelo menos o espírito da alegação feita por Frege de que o lógico não desfruta do privilégio do mineralogista, que está em condições de apresentar o seu objeto de investigação na palma da mão. Ao contrário, o lógico, diz Frege, deve contentar-se com apresentá-lo por meio de sua forma sensível, a linguagem, quando a situação ideal seria aquela em que o pensamento pudesse ser apresentado à maneira como um objeto físico é apresentado aos sentidos (FREGE, 1997, p. 66).

A definição do pensamento como sendo a proposição com sentido tem a vantagem de evitar as consequências indesejáveis de conceber a linguagem como mero veículo de manifestação dos pensamentos. Isto porque vincula estruturalmente pensamento à proposição, fazendo-os, de resto, coincidir. Porém, além de tudo, deve também ter a virtude de ser capaz de evitar que o pensamento seja compreendido apenas como “um mínimo múltiplo comum de todas as linguagens convencionais possíveis”.⁵ o que quer dizer que o futuro dessa concepção de pensamento de-

5 Expressão do Professor João Vergílio Gallerani Cuter.

pende de sua capacidade de articular aquela definição que o vincula intrinsecamente à estrutura lógica da linguagem com a ideia de anterioridade lógica, que consiste em conceber o pensamento como logicamente anterior a qualquer convenção. A definição da proposição como expressão do pensamento ameaça, ao que nos parece, exatamente o que a coincidência do pensamento com a proposição tem de mais virtuoso, pois converteria a virtude da anterioridade lógica do pensamento, à qual se relaciona a faculdade de operar sobre sinais transformando-os em proposições, no vício de a linguagem, uma vez posta a anterioridade do pensamento, não passar de sua mera exteriorização. A prioridade da linguagem sobre o pensamento de maneira alguma anula a anterioridade lógica do pensamento, mesmo porque, com isso, não se pretende negar que possa haver pensamentos com independência de haver uma linguagem que os manifeste. Por outro lado, há ainda uma outra consequência da definição do pensamento como sendo a proposição com sentido: ser possível pensar quer dizer ser possível exprimir na forma de uma proposição (MOUNCE, 1997, p. 03). Nessa medida, a anterioridade do pensamento não pode significar que ele possa ser independente da maneira como a linguagem é usada. A anterioridade, então, não pode significar a prioridade lógica do pensamento sobre a linguagem, pois embora seja possível pensar sem palavras, não é possível o pensamento sem a estrutura a que se submete toda e qualquer elaboração simbólica possível. Ao contrário da afirmação de que a proposição exprime o pensamento, a definição do pensamento como a proposição com sentido, desse ponto de vista, não deixa margem alguma à afirmação de prioridade do pensamento sobre a linguagem. Além do mais, afina-se com o espírito do *Tractatus* no que diz respeito à ideia de que os limites do pensamento devem ser traçados, como de resto podem sê-los, no âmbito da linguagem.

III

No contexto da atitude filosófica que caracteriza as *Investigações Filosóficas*, os pontos de determinação do sentido de uma expressão linguística qualquer remontam à maneira como essa mesma expressão é regularmente usada, de tal modo que o aspecto mais decisivo no que respeita à correção da aplicação de uma palavra passa a ser a conformidade com as práticas de uso da própria palavra (STROUD, 1996, p. 316). Compreender uma linguagem, por conseguinte, passa a significar o domínio dum conjunto de técnicas imprescindíveis aos atos de elaboração de juízos de acordo com uma estrutura factual cujo reflexo pode ser reconhecido na maneira

como os juízos são feitos. Isto quer dizer que contra a lógica sublime do *Tractatus* e seu compromisso com essências entra em cena a elasticidade característica da aplicação dos conceitos; contra a ideia de que a análise lógica deve fazer remontar ao pensamento como fonte de todo sentido, a gramática do uso das palavras (MORENO, 2005, p. 133).

É exatamente no contexto inaugurado por essa perspectiva que tem lugar as considerações de Wittgenstein sobre a gramática dos conceitos psíquicos. Pelo menos à primeira vista, elas tem como alvo principal as condições que tornam possível a expressão dos atos e conteúdos de consciência, sendo que a pergunta acerca da possibilidade de ter certeza a respeito dos estados subjetivos alheios não é mais do que uma espécie de questão do qual esse alvo é o gênero. Afinal, a possibilidade de expressão dos conteúdos e atos de consciência parece coincidir com a possibilidade da certeza a seu respeito.⁶

A maneira como a obra madura de Wittgenstein formula e responde questões tem como componente decisivo a elaboração do que se pode chamar de narrativa da constituição da necessidade. Uma das peculiaridades mais marcantes dessa narrativa seria a recusa a uma demarcação precisa entre o campo das ações e o campo do discurso, aliada à fluidez entre o domínio dos fatos e o domínio da lógica. O saldo tanto da recusa como daquilo a que ela se associa é uma concepção de necessidade como constituída no interior das práticas de uso da linguagem e das ações. A necessidade, desse modo, refletiria as ações simbólicas e não simbólicas cuja margem de manobra ela própria deve determinar. Desse ponto de vista, parece restar inevitável que Wittgenstein entenda ser toda necessidade uma necessidade instituída, de sorte que ela pode ter um alcance apenas regional. O necessário, portanto, só tem valor no domínio delineado pelos jogos de linguagem que o instituíram.

Essa forma, por assim dizer, de contar a história da necessidade, tem o mérito de fazer as condições que tornam os estados subjetivos exprimíveis dependentes de sinais exteriores em vez de determinadas por caracteres interiores, como se haveria de supor. No entanto, ela pare-

6 Trata-se dos manuscritos, cuja redação está circunscrita entre 1945 e 1951, 137 e 138, editados sob o título de *Letzte Schriften über Philosophie der Psychologie I*, e de boa parte dos manuscritos 169, 170, 171, 173, 174 e 176, editados nos *Letzte Schriften über Philosophie der Psychologie II*, além dos datiloscritos 229 e 232, cuja edição teve lugar, respectivamente, nos dois volumes das *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*, além dos manuscritos 172, 174, 175, 176 e 177, parcialmente editados em *Über Gewissheit*.

ce fazer tudo parecer ser muito simples. Como se bastasse situar o ponto de determinação da expressão dos estados e atos subjetivos no exterior para então resolver de uma vez por todas os enigmas filosóficos relativos ao ajuste entre a linguagem e o mundo da consciência. Contra toda aparência em contrário, Wittgenstein faz ver que as coisas não são tão simples assim, como se as sensações a serem expressas estivessem no interior e os sinais aptos a exprimi-las no exterior. Na contramão duma perspectiva que simplificasse a relação entre o mundo da consciência e o domínio de sua expressão, Wittgenstein prefere a ideia de que os sinais significam de forma muito complicada, de sorte a não ser possível que exterior e interior estejam relacionados por um encaixe perfeito a ponto de por isso nada ficar para trás da expressão. Seja como for, o caráter exterior das relações simbólicas e não simbólicas das quais se constitui o significado dos conceitos psicológicos denota o caráter lógico das considerações de Wittgenstein, e não é afirmado menos do que isso por meio da exclusão do inobservável do campo da investigação lógica (WITTGENSTEIN, 2000, MS 119, p. 132-133). Em sendo assim, a natureza das condições que tornam possível a expressão dos estados e atos subjetivos reflete o caráter da própria investigação em que se traduz a análise dos conceitos psicológicos.

Tudo leva a crer que, ao contrário do exterior, o interior caracteriza-se pelo ocultamento ao olhar alheio e que, por isso mesmo, encontraria no exterior os meios pelos quais passaria à condição de manifesto. Todavia, nem por isso, o interior poderia, do ponto de vista de Wittgenstein, ser explicado a partir do exterior, como se se tratasse de um passe de mágica capaz de retirar dos processos anímicos todo o mistério que os envolve. Se Wittgenstein recusa essa perspectiva pelo quanto ela pode ser simplificadora, é sobretudo em virtude de jamais perder de vista a gramática a que deve submeter-se as expressões dos estados psíquicos. No fundo, a perspectiva que assume o exterior como o lugar de expressão do anímico, que como tal se lhe opõe por deixar-se ser percebido, termina por desmanchar a distinção entre interior e exterior. O pecado capital de uma tal perspectiva, com efeito, consistiria em dar pouco ou nenhum relevo às diferenças conceituais que encerram o domínio da expressão do anímico. Como entender então a identificação feita por Wittgenstein entre o caráter lógico de sua investigação e o exterior? Por um lado, trata-se de recusar veementemente aquela visão simplificadora da relação entre interior e exterior; por outro, não deixa, nem por isso, de compreender que a expressão do anímico passa a ser possível à medida que se dispõe de sinais exteriores cujo uso é regrado logicamente. A consequência mais imediata disso parece ser a ideia de que a relação entre exterior e interior,

a despeito de haver outras modalidades, é também lógica, o que quer dizer que a diferença entre interior e exterior é antes de tudo conceitual, sendo por essa razão manifesta nos variados modos de uso dos conceitos. Uma investigação lógica do anímico, portanto, deve concentrar-se nas diferenças gramaticais que marcam os diversos modos de sua manifestação. É verdade também que essas diferenças só poderiam ser notadas se o alvo da investigação for as condições lógicas de expressão do anímico. Mais do que a mera definição do que se poderia chamar de método de análise, está em jogo a perspectiva a partir da qual o próprio método é definido. Está em jogo também que o anímico deve ser compreendido contra a complexidade da teia constituída pelo uso dos sinais de que se constitui o que chamamos de “a expressão do anímico”.

A investigação lógica do anímico volta-se não exatamente para os sinais exteriores, mas para as condições normativas às quais o uso de tais sinais deve submeter-se; não para os estados e atos da consciência, mas para a gramática que torna possível a sua expressão. Assim, a investigação pode ocupar-se da essência do anímico, o que não é senão outro modo de dizer que se trata de investigar as leis de evidência do anímico (WITTGENSTEIN, 2000, MS 173, p. 37r). Na medida em que não deve desconsiderar a variedade de uso dos conceitos, a investigação deve então situar as leis da evidência como relacionadas às situações de expressão dos estados e atos psíquicos. Nesse caso, a dificuldade é como manter o caráter lógico da investigação se se compreende que as leis de evidência não se furtam aos movimentos no interior dos jogos de linguagem em que os modos de expressão do anímico são elaborados, tendo em vista também que os modos de expressão envolvem, como não poderia deixar de ser, caracteres eminentemente subjetivos. Se as coisas não se passam assim, quando menos, esse parece ser um efeito inevitável da ideia de que os conceitos são construídos à medida do uso. Não é diferente dessa a situação por que passam os conceitos para expressão do mundo exterior, pois eles não podem ser elaborados à revelia da interação entre a linguagem e as atividades de que ela se constitui e o mundo. Nesse sentido, o principal signo de manutenção do caráter lógico da investigação é a recusa de que a determinação do sentido seja feita do exterior da gramática da qual as leis de evidência são a expressão. A sustentação do caráter lógico da investigação, em boa medida, reflete a autonomia da gramática em relação tanto a caracteres subjetivos como a elementos factuais, compreendidos todos eles como exteriores à gramática.

Independente da saída encontrada pela obra de Wittgenstein para esse tipo de dificuldade, a compreensão das práticas como lugar de constituição do sentido do discurso e das ações

possibilita a análise lógica das expressões dos estados e atos da alma. Isto quer dizer, dentre outras coisas, que tal maneira de conceber a constituição do sentido como sendo sempre uma instituição prática significa uma considerável ampliação do espaço do discurso significativo. No entanto, isto não quer dizer que os enigmas filosóficos suscitados pelo ajuste entre o mundo da consciência e a linguagem seriam resolvidos mediante a admissão de que se trata de domínios, embora de natureza diversa, cujas regras de operação seriam redutíveis. Como se, uma vez abraçada essa tese, não tivéssemos mais razões por que nos preocupar com os fantasmas que resultam da concepção do significado das expressões dos estados subjetivos como determinado pelo seu portador. Afinal, bem ou mal, o significado atenderia a determinações exteriores, sendo resguardada a objetividade das expressões para estados psíquicos. A principal contrapartida dessa concepção de significado não é outra senão a ideia de que os conteúdos da alma alheia são ocultos à observação, diferenciando-se radicalmente dos conteúdos da própria alma, cujo acesso seria privilégio do sujeito. Nessa medida, seria somente por um movimento de introspecção do espírito que os conteúdos anímicos seriam apreendidos e lançados para fora pela linguagem. A linguagem fracassaria ao pretender exprimir tais conteúdos, pois as expressões linguísticas sobre estados psicológicos restariam indeterminadas em virtude do caráter oculto dos fenômenos psíquicos, sendo, por isso mesmo, a linguagem incapaz de transmitir os aspectos singulares de mundo da consciência. Por essa perspectiva, o significado de uma simples expressão como “Eu sinto dor” não poderia ser decifrado senão com atenção aos elementos subjetivos correlatos. Afinal, “ninguém tem a minha dor”, o que quer dizer que a determinação do significado recai sobre o sujeito ao qual pertence a sensação de dor (FREGE, 1997, p. 68). Não se trata, nesse caso, de afirmar tão somente que a linguagem, ao pretender exprimir conteúdos anímicos, sempre deixaria algo para trás, fazendo o fracasso da linguagem coincidir com a marca subjetiva de tais conteúdos. Trata-se de afirmar que o caráter oculto da referência das expressões psicológicas tornaria possível a determinação de seu sentido tão somente por recurso ao seu portador, que teria acesso privilegiado à própria consciência. Mais do que isso, trata-se de compreender as expressões psicológicas como descrições do mundo da consciência.

IV

O modelo de significado objeto-designação parece funcionar como condição operatória tanto de um paralelismo psicofísico como da perspectiva que se lhe opõe, segundo a qual os estados psíquicos determinariam o sentido das expressões correlatas. É verdade que a última perspectiva subscreve de maneira bem mais clara a exigência de haver algo do que as palavras e as ações não seriam mais do que uma projeção; assim como a perspectiva adversária consiste, no essencial, em negar que haja algo por detrás das palavras e ações, reduzindo o psíquico ao comportamento. Essa redução, grosso modo, quer dizer que as expressões para estados subjetivos e processos anímicos devem ser traduzíveis, sem qualquer prejuízo à sua significação, em proposições sobre comportamento e disposições. O principal efeito dessa redução não é simplesmente que a alma, como instância que dotaria nossas ações e palavras de um sentido, passe a figurar como uma terra arrasada. Mais do que isso, se o que essa perspectiva combate é a concepção segundo a qual há algo do que as palavras e ações são uma projeção, o principal efeito daquela redução não poderia ser outro: a negação de que haja referência do que supostamente os termos psíquicos seriam a projeção. Por isso mesmo, segundo essa perspectiva, uma psicologia científica deveria abolir de seu vocabulário palavras como “sensação”, “percepção”, “imagem”, “desejo”, “propósito”, “pensamento” e “emoção”, por compreendê-las, todas elas, como não mais do que ilusões, o que quer dizer que todos aqueles caracteres concernidos no que a psicologia estava habituada a chamar de consciência devem ser rejeitados como aparentes em nome de uma realidade de outro gênero, o que impede que o comportamento seja compreendido como orientado a partir do interior (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 5-6).

No cômputo final, então, os fenômenos exteriores passariam a ser pensados apenas como causa que atua no organismo, jamais como um dado da consciência. Os laços causais entre a ação e caracteres fisiológicos, agora, passariam a significar a fonte de explicação dos fenômenos subjetivos. E essa relação causal que tem como efeito desejado a explicação do domínio do psíquico por apelo a caracteres fisiológicos é identificada pela análise dos conceitos psíquicos feita por Wittgenstein como uma das fontes das confusões em que os conceitos psíquicos estão envolvidos. Se a concepção referencialista de significado é um elemento comum a essa perspectiva e àquela da qual ela pretende ser a negação, é porque ambas pretendem determinar o sentido dos conceitos psíquicos por apelar para elementos que lhes são exteriores, sendo que cada uma

à sua maneira se vale da alegação de existência de laços causais entre os conceitos psíquicos e aqueles elementos. Por isso mesmo, Wittgenstein entenderá que tudo se passa como se, ao admitirmos uma outra espécie de explicação dos fenômenos psíquicos que não seja mediada por caracteres fisiológicos, afundássemos na imagem da alma como de natureza fantasmagórica (*ein geisterhaftes Seelenwesen*) (WITTGENSTEIN, 2000, TS 229, § 1574).

Ao que nos parece, mais do que recusar essas duas perspectivas relativas ao tratamento dos fenômenos psíquicos, Wittgenstein mostra o quanto elas estariam identificadas ao mesmo modelo de significação, fazendo ver que a modalidade de expressão a que se pretende subordinar os conceitos psíquicos é inadequado à sua expressão, a saber: a sentença declarativa. O ataque a esse modelo de significado, tanto por seu cerne quanto por suas consequências, deixa à reflexão de Wittgenstein o desafio de apresentar as razões que sustentam a objetividade de expressões linguísticas para estados psíquicos, evitando que reste a sinceridade de quem as profere como o único critério de sua veracidade. A questão passa a ser então a respeito da validade da certeza sem a qual a comunicação linguística não é possível, num contexto em que a imprecisão parece ser o que há de mais característico, sendo ela, neste caso, alimentada pelo caráter privado da suposta referência das palavras para estados anímicos. A dificuldade é compreender como o fato de as sensações alheias restarem inacessíveis à mais atenta observação não torna impossível saber a respeito delas.⁷ Ao enfrentar essa dificuldade, a reflexão de Wittgenstein parece tornar relativo o caráter determinante da posse das sensações. É verdade que as sensações são privadas, mas não é o seu caráter privado que as torna enigmáticas, tampouco funda-se nisso a incerteza que parece caracterizar todas as expressões que tem uma marca subjetiva.

Por essa perspectiva, um dos principais desdobramentos da concepção referencialista de significado não é outro senão fazer o sentido das expressões linguísticas ser determinado causalmente. A recusa a essa concepção de significado compreende, por assim dizer, o cerne da análise das palavras para estados psíquicos empreendida por Wittgenstein. Por isso mesmo, a recusa à

7 Cf. HACKER, P. M. S., 1977, p. 248: "If you cannot have my pains, neither can you sneeze my sneezes, and nor for that matter can you catch my cold. Nevertheless this kind of privacy does not make the sceptic immune to infection. Nor does indentifiability-dependence constitute a barrier to knowledge – the fact that you can't have my experiences does not mean that you cannot know that I have them. You cannot have the smile of the Sphinx, but it is which makes the smiles enigmatic."

determinação causal do significado desempenha um importante papel no combate ao psicologismo que marca presença na análise dos conceitos psíquicos. Essa concepção de significado, cujo elemento central seria a afirmação do caráter privado das sensações, tem como origem a analogia entre o mundo da consciência e o mundo físico. Desenvolve-se, por meio dessa analogia, uma concepção de alma como um cenário mental no qual desfilariam os estados psicológicos como objetos aos quais as expressões psíquicas correspondentes fariam referência. Em outras palavras, a gênese de uma tal concepção de significado parece ser o modelo referencialista, que faria confundir o reino dos objetos físicos com o mundo da consciência, conferindo-lhes um tratamento, na melhor das hipóteses, similar. Segundo essa perspectiva, mais do que um exemplo de confusão, o modelo referencialista aplicado às palavras para conceitos psicológicos remontaria à gênese de confusões nas quais os conceitos psicológicos são enredados. Um tal modelo é fonte da concepção de significado como determinado causalmente. Por outro lado, disso não decorre que, em certo sentido, o modelo referencialista aplicado às expressões subjetivas não possa ser compreendido como um exemplo de confusão. E que as coisas se passem assim, esclarece-se à medida que passamos do diagnóstico da gênese das confusões à maneira como Wittgenstein pretende dissolvê-las.

A dificuldade agora diz respeito a como as coisas podem ser ditas pelas palavras sem que seja postulada a identidade entre linguagem e realidade à maneira de algo que subjaz aos objetos. A chave para compreendê-la é a concepção de significado como sendo o uso.⁸ As observações de Wittgenstein sobre conceitos psíquicos podem muito bem ser compreendidas como a exploração e aplicação dessa noção de significado, mesmo porque a sua exploração permite fazer ver que o elemento comum aos diversos casos em que uma palavra é aplicada não é a referência a algo. E, a partir disso, explorar as consequências da recomendação de que não se deve perguntar pelo significado mas pelo uso. Dentre outros efeitos, o apelo para o uso, que permite evitar a explicação do significado de uma palavra pelo objeto a que ela se refere, relativiza a ideia de que o significado de uma proposição é o seu método de verificação, fazendo ver que um tal princípio não pode ser aplicado indistintamente a todos os usos possíveis.

A relativização do princípio de verificação como critério de significação quer dizer que a pergunta por quais condições sem as quais a objetividade do discurso não estaria assegurada

8 Cf. WITTGENSTEIN, 1999, § 432. Depois de ter afirmado que o sinal sozinho parece morto, em resposta à questão a respeito do que lhe confere vida, Wittgenstein afirma que o sinal “vive, no uso”.

não pode ser respondida unicamente por apelo à noção de “verdadeiro” como concordância com os fatos.⁹ Não quer dizer, porém, que o vínculo entre as palavras e os objetos não vigore como condição elementar dos jogos de linguagem constituídos por descrições. Tudo se passa como se o vínculo de uma palavra com um objeto, tão fundamental à função descritiva da linguagem, fosse igualmente essencial aos jogos de linguagem constituídos por conceitos psíquicos. E, na verdade, tal vinculação é mesmo essencial também quando se trata das palavras para atos da alma e estados anímicos, na exata medida em que ela consiste na satisfação da exigência de que as partes mínimas da linguagem vinculem-se às partes mínimas do que a linguagem pretende exprimir. No entanto, parece-nos que o modelo de significação que se realiza por meio da exigência de vínculo entre palavra e objeto não é perfeitamente adequado ao domínio dos conceitos psíquicos. Quando menos à primeira vista, a razão capital da inadequação é que um tal vínculo não cumpre o seu propósito a menos que haja uma identidade entre a designação e o objeto nomeado; e essa identidade parece perfeitamente realizável apenas no âmbito dos objetos físicos. A título de ilustração, a impossibilidade de um outro possuir as minhas dores, por um lado, parece significar a identificação das vivências a um portador; por outro, caracteriza a impossibilidade de as sensações serem tratadas à maneira dos objetos físicos, à medida que, exatamente em razão da marca subjetiva das vivências, parece não ser possível o estabelecimento de um critério de identidade que determinaria as palavras por meio das quais os estados psíquicos poderiam ser ditos.

Tem-se assim estabelecida uma certa tensão entre o caráter idiossincrático dos estados psíquicos e a impossibilidade de instituição do critério de identidade, pois tal critério seria imprescindível à caracterização da posse subjetiva das sensações. Como exemplo que ilustra essa tensão, diferenciando jogos descritivos relacionados ao mundo físico de jogos de linguagem expressivos relativos às vivências, Wittgenstein, depois de perguntar-se por qual seria o critério de identidade no caso da reclamação de propriedade das próprias vivências, considerará o que torna

9 WISDOM, 2010, p. 258: “This remark of his—that in applying the same word to several instances we mark a family resemblance and not the possession of something in common—was connected with a point which on one occasion at the Cambridge Moral Sciences Club he expressed in the words, ‘We have the idea that the meaning of a word is an object’. This is connected with his saying ‘Don’t ask for the meaning, ask for the use’, recommended at the Moral Sciences Club as a supplement to ‘The meaning of a statement is the method of its verification’.”

possível dizer, a respeito de dois objetos físicos, que são exatamente iguais. Trata-se de considerar o que torna possível dizer, por exemplo, que “esta poltrona não é a que você viu aqui ontem, mas uma exatamente igual”, com pleno sentido (WITTGENSTEIN, 1999, § 253). Desse modo, se tivesse sentido dizer de uma determinada dor que é igual a de outra pessoa, então seria possível que ambos tivessem a mesma dor. Posto que as sensações caracterizam-se pela marca subjetiva de seu portador, como se caracterizaria, no essencial, o seu caráter privado? A esta questão, no MS 166, Wittgenstein responderá dizendo que o caráter privado das sensações pode significar que ninguém pode sabê-las, a menos que eu as manifeste, ou que eu não posso manifestá-las, ou que eu não posso manifestá-las de maneira veraz, ou que se eu não quisesse, eu não precisaria dar qualquer sinal de minhas sensações, mas, ainda que eu quisesse, eu não poderia manifestar minhas próprias sensações, mas apenas os sinais (WITTGENSTEIN, 2000, MS 166, p. 1v).

A partir desse ponto de vista, diferencia-se a concepção do caráter privado das sensações como significando que elas são apreensíveis somente a partir de sinais exteriores – como o comportamento ou expressões linguísticas – da perspectiva que consiste em conceber que a tentativa de exprimir estados subjetivos fracassa em virtude da dependência de seu portador. Seja como for, ambas as perspectivas parecem ser tributárias da concepção de ostensão para estados anímicos como algo que se passa no interior de um sujeito e que consistiria em aplicar nomes às sensações (STERN, 1994, p. 557). Como, aos olhos de Wittgenstein, a gênese das confusões em que se enredam os conceitos psíquicos não se situa na designação das sensações, mas na forma de compreender o estabelecimento do vínculo entre a palavra e a sensação, essas duas perspectivas, a princípio, em nada diferem (WITTGENSTEIN, 1999, § 244). Pelas mesmas razões, elas devem distinguir-se então pela maneira como compreendem a associação das palavras às sensações. A depender da maneira como o vínculo entre palavras e sensações for concebido, a definição ostensiva como sendo realizada no interior terá papel preponderante na determinação da significação dos conceitos psíquicos. Assim, caso a maneira de compreender o vínculo entre as palavras e as sensações signifique tão somente que as sensações são privadas, mas podem ser ditas segundo a gramática que articula as palavras para essas mesmas sensações, então não há conflito algum entre essa perspectiva e os usos habituais das palavras para conceitos psicológicos. Se, em vez disso, a concepção de vínculo por ostensão entre as palavras e as sensações consiste em realçar a impossibilidade de as sensações serem exibidas por sinais exteriores, há então um claro conflito com as práticas de uso das palavras para estados psicológicos e o efeito

capital disto é o sujeito afundar-se no mundo de suas próprias representações. Trocando em miúdos, ou a consideração do caráter idiossincrático das sensações supõe as categorias e técnicas em que consistem a *praxis* linguística, ou compreende a ostensão aplicada ao domínio das sensações como um gesto inapreensível pela observação alheia. A última alternativa, por situar as sensações no exterior da gramática segundo a qual elas podem ser ditas, condena-as à impossibilidade de serem ditas, pois não restam critérios por meio dos quais sejam estabelecidos os laços entre as palavras e um suposto conteúdo a ser veiculado por elas (STERN, 1994, p. 557).

A relativização do modelo referencialista tem como componente principal a transição da definição ostensiva concebida como o batismo por meio do qual uma palavra passa a ser a palavra para um objeto para a definição ostensiva compreendida como a instituição de uma técnica de uso.¹⁰ Caso não houvesse manifestações naturais das sensações, como gemidos, caretas, sorriso, etc., haveria margem para compreender a atribuição de nomes às sensações como tendo um acento subjetivo determinante. Com efeito, a questão passa a ser o que significa atribuir nomes aos próprios estados psíquicos. Afinal de contas, alguém que assim o fizesse estaria em condições de entender o significado das palavras aplicadas aos próprios estados psíquicos pela mesma razão que seria incapaz de explicá-lo a quem quer que fosse: o significado seria determinado de seu interior (WITTGENSTEIN, 1999, § 257). Aqui, a incapacidade de explicar o significado quer dizer a impossibilidade de constituir-se a certeza fundamental à compreensão das expressões das sensações. Para Wittgenstein, a nomeação de uma sensação, como de um objeto qualquer, só tem sentido já no interior da estrutura gramatical que determina a margem de liberdade de uso das palavras. Assim, compreender uma proposição significa compreender uma linguagem. A mera nomeação, portanto, só tem sentido se situada no interior das condições preparatórias que todo gesto ostensivo deve supor. Ou seja, quando dizemos que alguém atribui um nome para a dor, é a gramática da palavra dor que deve estar preparada, caso contrário a nomeação não faz sentido, pois a gramática “indica o posto no qual a nova palavra é acomodada.” (WITTGENSTEIN, 1999, § 257).

10 WITTGENSTEIN, 2000, MS 166, p. 3r-3v: “The relation between name & object. Lang. game of builders. What is the relation between names & actions names & shapes? The relation of ostensibly defining. That’s to say in order to establish a name relation we have to establish a technique of use. And we are misled if we think, that it is the peculiar process of christening an object which makes a word the word for an object. This is a kind of superstition. So it’s no use saying that we have a private object before the mind & give it a name.”

As considerações de Wittgenstein sobre os conceitos psicológicos estão situadas na contramão daquela concepção de pensamento que consiste em subscrevê-lo na categoria de processo misterioso. Mas nem por isso elas miram a supressão da face subjetiva do pensamento, assumindo o caráter complicado do pensamento como traduzido fielmente por sutis diferenças nos modos de comportar-se do sujeito. Em igual medida, o pensamento não pode ser compreendido também como um outro nome para a fala, nem tampouco como um estado mental, cuja constituição seria obra da imaginação. Pelo contrário, o ato de pensar reúne as mesmas condições lógicas que estruturam a expressão do pensamento, respeitando todas as finas distinções que caracterizam as suas diversas ramificações. É como se Wittgenstein pudesse afirmar que pensar é tão complicado quanto falar, ao mesmo tempo que nega que o pensamento seja uma espécie de fala interior. Assim, a análise lógica dos conceitos psíquicos pode voltar-se contra aquela maneira de conceber o pensamento segundo a qual a sentença não passaria de uma cortina pintada por trás da qual os processos de que se constituem o pensamento atuam, sem com isso suprimir o lado subjetivo do pensar. Com efeito, o caráter antipsicologista que se pode atribuir à investigação dos conceitos psicológicos wittgensteiniana não consiste, de forma alguma, em recusar a realidade aos processos do espírito. Muito pelo contrário, a questão para Wittgenstein é que, no que respeita ao pensamento, por exemplo, uma tal realidade, via de regra, é postulada apenas *post factum* como algo que aconteceu no momento em que as palavras foram pronunciadas.¹¹ Muito raramente ela é postulada como algo que acompanha a pronúncia das palavras ou as ações de maneira geral. A forma de antipsicologismo em jogo aqui consiste em compreender o jogo de linguagem, em si mesmo, como o primeiro e mais fundamental elemento, no sentido de que tão somente no interior dos jogos que a determinação do sentido pode situar-se, de modo que eles não carecem de explicação por referência a nada que lhes seja exterior, como seria o caso dos estados subjetivos. Ao contrário, esses mesmos estados é que tem o seu papel subordinado à lógica dos jogos de linguagem. Não recusar a realidade aos estados psíquicos, nesse contexto, não quer dizer sugerir que quando falamos ou agimos nada

11 “Wenn mein Denken einmal vom Weg «der Rede» abweicht, geht es im normalen Fall den Weg entlang. ?/?/ Wenn alles seinen normalen Gang geht, denkt niemand an etwas «das», was die Rede begleitet. //an den innern Vorgang, der die Rede begleitet.//” (WITTGENSTEIN, 2000, MS 137, p. 89b). Convém lembrar que, a esse respeito, o antipsicologismo de Wittgenstein é muito diferente do de Frege, por exemplo. Frege, por meio da separação conceitual entre pensamento e ideia, reputa ao mundo da consciência o caráter de inexprimível, como também concebe o pensamento como um processo misterioso. (Cf. FREGE, 1997, p. 69).

aconteça na mente que não seja digno de consideração, mas apenas que qualquer consideração a respeito de estados subjetivos já significa tratá-los do ponto de vista de critérios exteriores.

O sentido não tem origem numa realidade independente da própria linguagem. É essa concepção de sentido que norteia a análise lógica na direção do desinteresse pelo pensamento como um processo espiritual que como tal seria irreduzível à linguagem. Ao contrário disso, interessa-lhe o pensamento como presidido por regras redutíveis às regras que marcam a estruturação da linguagem. O caráter oculto do pensamento até que ganhe expressão parece alimentar a ideia de que o lado subjetivo do pensar é obstáculo a uma tal redutibilidade, pois confere alguma margem para conceber o pensamento como consistindo num domínio anterior à operação das regras gramaticais que presidem o uso da linguagem, como se fosse possível pensar e depois escolher a linguagem na qual exprimir os pensamentos. Contra essa perspectiva, volta-se a comparação feita por Wittgenstein da oposição falar em silêncio – falar audivelmente com a oposição tênis sem bola – tênis com bola.¹² Trata-se de imaginar um jogo no qual os jogadores se movimentassem em quadra exatamente como jogadores de tênis o fazem, inclusive empunhando raquetes, de modo que cada um deles reagisse aos lances do outro como se estivesse rebatendo a bola ou tentando rebatê-la, porém não há bola alguma. Neste jogo, como num jogo de tênis com bola, cabe ao árbitro decidir as jogadas duvidosas, dizendo se a bola tocou na rede, se foi fora da quadra, etc. No entanto, diz Wittgenstein, apesar das muitas semelhanças com o tênis, trata-se de um jogo essencialmente diferente (WITTGENSTEIN, 2000, MS 138, p. 18b). Por meio dessa comparação, Wittgenstein pretende fazer ver que alguém que não domina uma linguagem não pode ser capaz de falar silenciosamente no íntimo da própria alma, pois isto supõe a capacidade de comunicar os pensamentos. É perfeitamente possível que alguém que não saiba jogar tênis esteja apto a jogar o tênis sem bola, mas não é possível falar silenciosamente na ausência da capacidade de exprimir as palavras compreensivelmente. Com isso, Wittgenstein reputa às regras que atuam no pensar o caráter de redutíveis às regras de que se constituem a gramática das expressões, recusando que o fato de o pensamento constituir-se na dependência de sua comunicação possa fazê-lo confundir-se com um processo de cunho subjetivo. E mais do que isso, Wittgenstein pode afirmar que não passa de um pleonismo dizer que os pensamentos

¹² Essa comparação é um tanto recorrente nos textos de Wittgenstein. As principais versões dela encontram-se no MS 137, p. 89a - 90b e no MS 138, p. 18b.

são inacessíveis ao outro em virtude de seu pertencimento ao interior (WITTGENSTEIN, 2000, MS 138, p. 32a). Afinal, eles o são até que sejam comunicados, sendo-lhes ínsita a possibilidade de serem comunicados. A aplicação sistemática dessa perspectiva faz desintegrar a identificação entre interior e oculto, segundo a qual é feita a associação entre o caráter insondável da alma alheia e a ininteligibilidade do pensamento. afinal eles o são até que sejam comunicados

Referências Bibliográficas

AMMERELLER, E. 2001. "Wittgenstein on intentionality". In: GLOCK, H.-J. (ed.). *Wittgenstein: a critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers.

BOUVERESSE, J.. *Le Mythe de l'intériorité*. Paris: Les Éditions de minuit, 1987.

FREGE, Gottlob. 1997. "Der Gedanke: Eine logische Untersuchung". In: *Wittgenstein Studies*, 2, p. 57-77.

FREGE, Gottlob. 1978. "Sobre o sentido e a referência". In: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Cultrix.

HACKER, P. M. S. 1972. *Insight and Illusion: Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford: Clarendon Press.

MERLEAU-PONTY, M. 2006. *A Estrutura do Comportamento*. São Paulo: Martins Fontes.

MORENO, A. R. 2005. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*. Campinas: Editora Unicamp.

MOUNCE, H. O. 1997. "Philosophy, solipsism and thought". In: *The Philosophical Quarterly* 47, n. 186, p. 1-18.

SALLES, J. C. 2002. *A Gramática das Cores e Wittgenstein*. Campinas: Editora da UNICAMP. (Col. CLE; v. 35).

STERN, David. 1994. "A new exposition of the 'private language argument': Wittgenstein's 'Notes for the 'Philosophical Lecture'". In: *Philosophical Investigations*, n. 17, p. 552-565.

STROUD, B. 1996. "Mind, Meaning and Practice". In: SLUGA, H. & STERN, D. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, p. 442-476.

WISDOM, J. 2010. "Philosophical Perplexity". In: *Proceedings of the Aristotelian Society, New Series*, Vol. 37 (1936 - 1937), Blackwell Publishing, 2010, pp. 71-88.

- WITTGENSTEIN, L. 2009. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.
- WITTGENSTEIN, L. 2001. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- WITTGENSTEIN, L. 2000. *Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, Oxford: Oxford University Press.
- WITTGENSTEIN, L. 1992. *Last Writings on the Philosophy of Psychology Vol. II: The 'Inner' and the 'Outer' 1949-1951*. Oxford: Blackwell.
- WITTGENSTEIN, L. 1982. *Last Writings on the Philosophy of Psychology Vol. I*. Oxford: Blackwell.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. 1972. *On Certainty*. New York: Harper Torchbookz.

RESUMO

Tendo como pano de fundo a concepção de filosofia, explora-se os diferentes tratamentos do tema da subjetividade conferidos pelo Tractatus e pela obra do que se convencionou chamar de "II Wittgenstein". A concepção prática do significado inaugurada por esta, a despeito de significar uma drástica ruptura com o espírito do Tractatus, funda-se na preservação do antipsicologismo. Tem-se, portanto, a conciliação entre a concepção prática de significado e o antipsicologismo característico da lógica sublime do Tractatus, da qual o II Wittgenstein se desfaz.

Palavras-chave Wittgenstein, significação, subjetividade.

ABSTRACT

Having a conception of philosophy in the background, I investigate different approaches concerning the topic of subjectivism in the Tractatus and throughout the writings of what is commonly called as "II Wittgenstein". The practical conception of meaning that stem from those writings, in spite of being a shift with regards to that of the Tractatus, is based on the preservation of the anti-psychologism. Therefore, there is a conciliation between the practical conception of meaning and the anti-psychologism, by means of which, in the Tractatus, logic is something sublime, which is discarded by the II Wittgenstein.

Key words Wittgenstein, meaning, subjectivity.